

# ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

*por*

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Secr.-Geral do C. N. G.

e

HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBETES

DE

CÉLIO FONSECA

Inspetor Regional

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

DYRNO PIRES FERREIRA

Superintendente do Serviço Gráfico

JANEIRO DE 1958

OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS  
NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DIRETÓRIO CENTRAL

Dr. ALBERTO I. ERICHSEN  
Dr. ALBERTO R. LAMEGO  
Dr. ARMANDO M. MADEIRA  
Gen. AURELIANO L. DE FARIA  
Prof. C. M. DELGADO DE CARVALHO  
Cel. DIONISIO DE TAUNAY  
Com. E. BACELAR DA C. FERNANDES  
Dr. E. VILHENA DE MORAES  
Cel. F. FONTOURA DE AZAMBUJA  
Dr. FLÁVIO VIEIRA  
Dr. H. DE BARROS LINS  
Dr. J. F. DE OLIVEIRA JUNIOR  
Min. J. GUIMARÃES ROSA  
Gen. JACYNTHO D. M. LOBATO  
Gen. JAGUARIBE DE MATTOS  
Alm. JORGE S. LEITE  
Dr. MOACYR M. F. SILVA  
Dr. MURILO CASTELLO BRANCO  
Dr. PERICLES M. CARVALHO  
Prof. VITOR R. LEUZINGER

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Dr. ALBERTO MARTINS  
Dr. AUGUSTO DE BULHÕES  
Cel. DIONISIO DE TAUNAY  
Ten.-Cel. EDSON DE FIGUEIREDO  
Dr. GERMANO JARDIM  
Dra. GLAUCIA WEINBERG  
Dr. H. GUIMARÃES COVA  
D. HILDA GOMES  
Cons. JOSÉ OSVALDO MEIRA PENNA  
Dr. MARIO P. CARVALHO  
Dr. MOACYR M. F. SILVA  
Dr. NIRCEU C. CEZAR  
Dr. PAULO MOURÃO RANGEL  
Cap. Mar-e-Guerra PAULO OLIVEIRA  
Dr. RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO  
Dr. RUBENS GOUVÊA  
Dr. RUBENS W. DOBBS  
Dr. THOMÉ ABDON GONÇALVES  
Dr. VITOR JOSÉ SILVEIRA

PRESIDENTE DOS CONSELHOS

Prof. JURANDYR PIRES FERREIRA

Vice-Presidente

Prof. MOACYR MALHEIROS F. DA SILVA

Secretário-Geral

Dr. VIRGILIO CORRÊA FILHO

Secretário-Geral

HILDEBRANDO MARTINS

Secretário-Assistente

OLMAR GUIMARÃES DE SOUZA

Dir. de Doc. e Divulgação

Dr. WALDEMAR CAVALCANTI

Chefe do Gabinete da Presidência

Dr. J. M. BROXADO FILHO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**ENCICLOPÉDIA**  
DOS  
**MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

XXXVI VOLUME

RIO DE JANEIRO

1958

Ordenação e revisão técnica  
do  
PROF. GILBERTO MENDONÇA TELES  
Estatístico da IR de Goiás

## PREFÁCIO

*A*O ABORDAR a zona mais central do Brasil, certamente cabe fazer uns ligeiros comentários sobre as condições de seu desenvolvimento.

Goiás, como irão apreciar, divide-se nitidamente em dois tipos de civilização. Aquela que se desenvolve ao sul recebendo o influxo do Triângulo Mineiro e a influência paulista, e o norte, cujas dificuldades de comunicação têm criado uma formação econômica isolada e em grande parte marginal.

Na transição das duas zonas se sente uma espécie de barreira política onde se entrelaçam mentalidades diversas, formações éticas diferentes e até mesmo conceitos de vida diferenciados.

Outro elemento que representou durante muito tempo a base de florescimento do Estado foram as bateias que, tirando as pedras preciosas do leito dos rios, deram características aventureiras na formação das tendências populares.

Foi o período caudilhesco a dominar politicamente o próprio Estado e a mantê-lo neste espírito fantasioso das ambições brilhantes da exploração das pedras preciosas.

Mas pouco a pouco, o Estado se foi moldando em bases mais objetivas para sua economia. Isso, é espetacularmente notável no sul, onde as grandes pastagens permitiram o florescimento de uma pecuária rendosa e onde a introdução do zebu foi melhorando os rebanhos, dando à população bovina melhores índices econômicos. Não ficou entretanto na fase pastoril o sul do Estado, pois que, com a chegada dos trilhos ferroviários e depois a construção das estradas de rodagem, abriu-se campo para o desenvolvimento agrícola cujo surto se tornou impressionante, destacando-se, inclusive, na produção de arroz, cujo êxito superou as perspectivas mais otimistas. Notável o surto do café e do milho e profundamente promissoras as experiências realizadas no cultivo do trigo, cujo progresso se tem marcado com impressionante vigor nos anos de 1956 e 1957.

As condições do solo, em grande parte composto de serrados aparentemente pouco férteis, se estão transformando em vastos campos onde a mecanização começa a abrir enormes sucessos. Cabe notar que foi para Goiás que se encaminharam agricultores americanos do norte, dando nas proximidades de Anápolis um surto realmente forte à economia goiana. Mas o que se destaca nos resultados dessa imigração são as inversões que aplicam inclusive com a implantação de escolas modelares.

A mudança da capital do velho Goiás para a zona mais próxima à economia do florescente Estado realmente favoreceu o surto que se está apreciando nas conquistas de um progresso criado à base de uma lavoura produtiva. A deficiência de energia elétrica, contudo, não tem permitido um desenvolvimento industrial paralelo a este impulso agrícola e pastoril, mas a realização da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, que se encontra

em franca construção, irá, certamente, oferecer esta complementação necessária à consolidação civilizadora deste núcleo de progresso no centro de nosso país.

A construção da usina de Cachoeira Dourada era considerada, até bem pouco tempo, como uma fantasia lírica dos sonhadores e mesmo quando em 1947 e em 1948 lutamos na Câmara dos Deputados pelas primeiras verbas destinadas a esta obra, foi com profundo esforço que obtivemos os primeiros recursos. Na verdade, todo o Vale do Paranaíba, desde o Canal de São Simão até o trecho em que corre paralelo e em sentido oposto às águas do Paracatu, na região chamada do Brejão, toda essa extensão representa uma riqueza de potencial formidável, com cerca de 10 milhões de c.v., que servirão de estímulo a uma fixação industrial da mais alta relevância para o Brasil Central.

Mas Goiás que toma este impulso abrindo caminhos dentro da sua civilização sulina que, marchando para o Norte, foi fecundando as terras ontem desérticas desta Unidade da Federação, não podia, decerto, senão vagamente, influenciar na região norte do Estado, na majestosa área compreendida entre o Araguaia e o Tocantins.

Na verdade, esses dois cursos d'água representam os elementos de base para a construção de um progresso que irá, em dias futuros, surpreender a Nação. De fato, de um lado O Araguaia banha uma região cujo terreno altamente fértil é defendido por matas seculares, oferecendo reserva empolgante de riquezas, tanto pela qualidade das essências que possuem, quanto pelas possibilidades agrícolas de uma exuberância sem par.

Do lado do Tocantins, o terreno é diferente, não oferecendo o mesmo espetáculo de grandeza selvagem, mas em compensação, é palmilhado de reservas minerais cuja extensão e potencial ainda hoje estão para descobrir na vastidão imensa de riquezas mergulhadas no solo.

Mas toda essa extensão territorial vive uma economia fechada, marginal da civilização, encontrando-se mesmo, e até nas barrancas do Tocantins, uma civilização quase medieval, onde se fiam os próprios tecidos no processo rudimentar das rocas. É que a navegação no Tocantins nunca conseguiu dar escoamento econômico à produção, nem serviu de elemento civilizador pelo alto custo do seu transporte. Pouco antes de se atingir, subindo o rio, terras goianas, sofre ele logo a interrupção do seu curso pela Cachoeira de Itaboca, que na estiagem oferece um desnível de 18 metros. Esse trecho é vencido com muito sacrifício nas epopéias diárias da singragem dos barcos pelo Canal do Inferno, nas imediações de Tucuruí.

Daí em diante, toda a subida do rio se faz num torvelinho de águas e de pontas aguçadas de rochas à espreita do navegador incauto. Depois de Mãe Maria e São João, ou seja, logo após a confluência do Araguaia, chega-se a águas calmas até Imperatriz. Carolina também se debruça e reflete a sua silhueta nas águas espelhadas do curso sereno do Tocantins.

E o rio a montante da cidade maranhense se marca por estirões longos de águas calmas interrompidas por trechos borbulhantes, até o Canal do Estouro, logo a jusante do Funil, onde redemoinhos se formam como que a indicar a proximidade de Mares e Lageado, o outro grande obstáculo à navegação, com um desnível na estiagem de 16 metros.

No Araguaia já o problema é diverso; os estirões calmos, da mesma forma extensos, têm interrupções em cachoeiras que lhe agravam a navegação e que fizeram sucumbir os sonhos de nossos ancestrais que imaginaram explorar-lhe as condições favoráveis de navegação.

Mas toda esta região só se integrará na economia nacional quando puder exportar a sua produção à base de um custo econômico de deslocamento. Daí toda ela depender das obras de aproveitamento da navegabilidade desses cursos d'água, navegabilidade que tem como corolário, ou melhor, como subproduto, o aproveitamento hidrelétrico dos desníveis dos estirões e a formação de indústrias pilotos, capazes de dar um suporte industrial a uma civilização interior.

*É de notar-se que enquanto a navegação fluvial na Europa conseguiu alicerçar a economia do Velho Continente à base de um transporte em estirões de 10 a 20 quilômetros de extensão, o Araguaia e o Tocantins oferecem estirões de 200 e até 600 quilômetros de águas tranqüilas e de calado profundo.*

*Mas mesmo realizando-se as obras necessárias à navegação econômica do Tocantins e do Araguaia, ainda não se teria uma completa integração desta zona na marcha ascendente da economia nacional, porque o seu deslocamento é paralelo à costa, para se ligar à navegação de cabotagem na cidade de Belém; e isso sacrificaria profundamente o valor desses produtos pelo seu deslocamento exagerado para atingir o centro de gravidade do consumo nacional.*

*A natureza, entretanto, foi generosa com o Brasil; subindo-se pelo Rio do Sono afluente do Tocantins que desemboca num largo estirão sereno do seu curso, segue-se, também, com condições de navegabilidade até aos Rápidos da Hora Apertada, que marcam o seu segundo estirão a se desenvolver até o rebôjo da Cachoeira Velha, já próximo à Lagoa do Varedão que liga suas águas pelo Rio Formosa ou pelo desvio do Rio Novo à Lagoa do Varedão que alimenta também, pela outra vertente, as águas do Rio Prêto, afluente do Rio Grande, que desemboca no São Francisco.*

*Assim, a civilização do interior do Brasil se pode ligar ao conjunto da economia nacional, numa extensão das obras do aproveitamento do São Francisco que, diga-se de passagem, tem a estigmatizar o seu destino, a imprevidência de não ser complementada a obra de Paulo Afonso com uma escada de esclusas para galgar-se do seu baixo curso ao seu médio, vencendo os 80 e poucos metros da Cochoeira, com uma navegação fluvial contínua.*

*Só a navegação interior, pelo baixo custo do seu deslocamento, pode, realmente, atender a uma civilização tão afastada da costa, porque não lhe irão mais agravar os proventos do trabalho, o que onera tudo que exporta e o que onera também tudo que importa em troca do que exporta.*

*A taxa hoje imposta a esses dois deslocamentos, o deslocamento da exportação e a contrapartida de importação, é de tal natureza, como atrito econômico, que proíbe o florescimento do comércio e agrava as condições de vida dos lavradores do planalto.*

*Hoje se estão construindo estradas de rodagem no Estado de Goiás em razão da mudança da capital da República para Brasília. O impulso que essas estradas irão dar ao desenvolvimento do Estado é, sem dúvida, profundamente expressivo.*

*É verdade que algumas dessas estradas terão mais caráter político do que econômico em razão de sua larga extensão, o que torna o custo de transporte deveras oneroso. Mas, apesar de tudo, elas atendem ao fomento da ocupação humana necessária à formação de uma civilização interior.*

*Referimo-nos, entre outras, à estrada que irá de Brasília a Belém do Pará, a qual entretanto, aproveita um trecho navegável do rio Tocantins de maneira que o transporte se faça com baldeações para a navegação interior no estirão calmo do grande rio.*

*Por outro lado, o Estado de Goiás está realizando seu plano de eletrificação com o aproveitamento de várias quedas d'água de forma a oferecer um suporte energético capaz de formar uma industrialização piloto no Estado.*

*Este panorama, em pinceladas largas sobre o Estado de Goiás, nos diz das perspectivas alvissareiras do seu futuro. Trata-se realmente de uma reserva de esplêndida possibilidade agropecuária e de um futuro expressivo em relação a certas indústrias extrativas, destacando-se o níquel do alto Tocantins. É certo que esta reserva magnífica de mineral nobre, como o níquel, não teve possibilidade até aqui de uma exploração econômica em razão das dificuldades de escoamento em face do custo elevado do transporte. Pensou-se mesmo na possibilidade de sua manipulação "in loco", de forma a reduzir o volume trans-*

portado para cada unidade metálica aproveitada. Acontece, entretanto, que mesmo assim foi abandonado o plano em face, principalmente, das dificuldades de uma implantação industrial por falta de habitat para um empreendimento dessa significação.

O que entretanto vale notar em relação ao Estado de Goiás é que êle oferece uma situação ímpar no concôrto das Unidades Federadas em relação ao surto de progresso que se avizinha.

Goiás não poderia nunca esperar a mobilização de verbas no vulto das que se estão aplicando em seu território. Só a construção de Brasília movimenta uma série imensa de atividades subsidiárias que já se fazem sentir no incremento extraordinário das zonas periféricas de Brasília, inclusive Anápolis e Goiânia que sentem o efeito benéfico dêste novo mercado de trabalho e de consumo.

Mas ao falar-se do Estado de Goiás não se pode deixar de fazer referências especiais a Brasília, cuja localização advém da Constituição de 91, no romantismo positivista dos instauradores da República.

Imaginavam os criadores do regime de 91 que a capital do Brasil, colocada nas nascentes dos grandes rios, como que teria o govêrno, a lhe encaminhar a voz, a via borbuhante das águas que descem do planalto para banhar em tôdas as direções o território nacional.

A nova capital seria, como está sendo, localizada nas nascentes do Tocantins, do Paranaíba e do São Francisco, ou em outras palavras, na origem das três grandes bacias da América Meridional.

Acontece, entretanto, que a medida constitucional quedou-se dentro do sonho dos primeiros constituintes da república para exprimir mais um anelo do que rigorosamente uma determinação objetiva.

Estudos notáveis, entretanto, foram realizados e entre êles o trabalho de G. Cruls, no qual cientistas de grande valor cooperaram e, para citar só um, não poderíamos deixar de mencionar H. Morize, cujas qualidades de físico, astrônomo e climatologista o destacaram sobremodo no quadro dos cientistas brasileiros.

A Constituição de 34 reviveu o problema incluindo também o dispositivo da transferência da capital da República. Na Constituinte de 46 o assunto voltou a apaixonar os espíritos, mas já aí de forma mais objetiva ou menos romântica. Várias soluções foram postas em confronto: alguns julgavam que com a alteração do processo de locomoção do mundo moderno, já se tornava sem certos objetivos o sonho romântico dos constituintes de 91. Outros acreditavam na necessidade da marcha para o oeste, apontando dificuldades para serem vencidas. Esta última orientação foi a vitoriosa e justificava a localização da capital num ponto central do Brasil como meio de atração capaz de integrar as regiões virgens do solo brasileiro na formação de uma civilização interior à custa do trabalho realizado nas obras necessárias à capital de um país com a pujança progressista do Brasil.

Na realidade somos um país que está muito longe do regime de pleno emprêgo e em consequência disso, qualquer que seja a mobilização de trabalho humano só apresentará efeitos benéficos para a grandeza nacional. Qualquer atividade que se desenvolva em terra brasileira com o aspecto corajoso e febril com que se está, no momento, enfrentando a construção da futura capital do país, produz o efeito benéfico resultante da criação de riquezas que nada mais é senão "o trabalho humano que se converte em utilidade".

Brasília, sôlta no planalto central do Brasil, exige ligações para que o seu comércio fique em contato com o resto da nação. Em consequência, estradas estão cortando o solo pátrio em tôdas as suas terras, partindo de Brasília. Por outro lado, Brasília como que força a utilização rápida de grandes centrais elétricas, como Três Marias e Cachoeira Dourada, além de outras que se integrarão na rêde de eletrificação rural do Brasil Central.

Todos êsses fatos representarão, sem dúvida, o sucesso da iniciativa. O atual govêrno brasileiro compreende bem êsse aspecto da conjuntura nacional e compreende, prin-



principalmente, que não é mais à base romântica dos anelos que se faz a grandeza de um país, mas realmente, na forma objetiva da construção de sua infra-estrutura econômica. E compreende, principalmente, que o Brasil está num regime de deficiência extraordinário de oferecimento de trabalho e, em consequência, qualquer mobilização do esforço humano é um acréscimo de riqueza que se define em parcelas efetivas para a grandeza nacional.

Sem dúvida nenhuma, o Brasil está longe do pleno emprêgo e o maior mal que se viu nas fórmulas financeiras de solução do problema brasileiro foi exatamente aquêle de copiar modelos de países que vivem no regime de pleno emprêgo.

Uma das provas evidentes da deficiência do país em relação ao mercado de trabalho é exatamente a procura intensa de empregos públicos em virtude da função social do Estado em atender ao direito fundamental do homem, destacado na Constituição de 46, como básico: o direito de cada um ao trabalho.

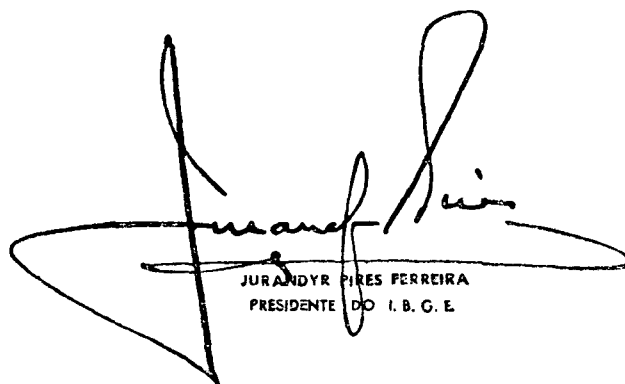
Assim, o Estado tem sido supletivo nesta matéria em razão exatamente da deficiência de locação de trabalho no mercado privado.

As realizações com que o atual govêrno vem definindo a sua atividade construtora certamente têm como escopo mobilizar êsse disponível que certo modo alivia o encargo oneroso do Estado na concessão de trabalho menos produtivo, resultante da pressão dos desempregados. O chamado "empreguismo" nada mais é do que uma válvula de segurança social que se manifesta em razão do estágio econômico em que se encontra o Brasil. A política atual, dando expansão às atividades construtoras e mobilizando grandes massas de trabalho, evidentemente caminha em terreno seguro para solução objetiva de velhos problemas de nossa estrutura política. O trabalho que ainda é considerado como um favor concedido aos que se medem em concurso ou se amparam em pressões de ordem política ou social, tendem, entretanto, pela lei da oferta e da procura, a se valorizar com o encaminhamento do Brasil ao pleno emprêgo de seu disponível humano; e esta valorização implica na elevação efetiva do nível econômico das massas populares, com especial sucesso para a grandeza do país.

A velha aspiração de Henrique IV, quando dizia que "seria feliz no dia em que cada francês pudesse comer aos domingos uma galinha", define simbòlicamente esta compreensão superior do Estado quando subordina a sua grandeza à elevação do nível da economia popular. Há nações ricas e povos miseráveis, tal como há povos ricos em nações modestas. Mas como as nações não devem ser senão sociedades humanas que funcionem em benefício da coletividade que conduzem, o ideal político está em atender aos membros desta sociedade no aumento da riqueza individual a se integrar para a riqueza coletiva.

A produtividade pois por unidade humana representa o ideal superior das nações modernas. A construção de Brasília, apreciada sôbre êsses aspectos, mesmo independentemente de qualquer apreciação política da mudança da capital, já traz no seu bôjo o benefício real que define um passo vigoroso na marcha do progresso nacional.

Assim Goiás, ao influxo de Brasília, tem diante das perspectivas de seu futuro o caminho aberto do seu progresso.



JURANDYR PIRES FERREIRA  
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

## INTRODUÇÃO

Sob o ponto de vista do progresso econômico, a ascensão dos valores humanos determinada pelo adiantamento da técnica e a sua universalização, sobrevivendo nas primeiras décadas deste século, pouco influiu no desenvolvimento de Goiás no seu primeiro estágio, ou não despertou interesse muito vivo na medida esperada, sobretudo conhecendo-se a imensa riqueza potencial escondida e apresentada em seu território. Nessa época, as relações de ordem econômica da sociedade tomavam grande realce no país; todavia, Goiás permanecia jungido mais ao tradicionalismo avêso a reformas ou a qualquer alteração no seu desatualizado e carcomido edifício econômico.

Entretanto, com todos êsses poderosos elementos de multiplicação e valorização de seu trabalho e de seus esforços induzindo à busca do progresso, a coletividade goiana haveria de encontrar ainda a força aglutinante de suas aspirações para que a conduzissem aos objetivos moldados e ditados pela civilização em marcha. Isto porque as grandes comoções político-sociais, num movimento de autodefesa de tempo a tempo exercido pela sociedade à procura de seu sentido próprio e definitivo, revelam sempre àquelles que se determinam a extrair do meio em ebulição o denominador comum dos pouco definidos e dispersos anseios coletivos, dando-lhes coesão necessária para fortalecer-se e prevalecer, inaugurando outro estágio de evolução.

Estivera Goiás, até a década de 30, ao sabor de rumos incertos, emergido de um passado cujo progresso já não se incentivava por impulsos próprios, frágeis e antiquados ante o surgimento da época regida por concepções mais evoluídas, com outras relações de dimensão dos valores sociais, políticos e econômicos. Encerrara, pois, um ciclo de sua longa

história vinda desde os tempos coloniais e achava-se marcando passo, entregue ao marasmo que sucede à inanição e à inoperância daqueles estímulos já ultrapassados que motivaram seu antigo vigor. Sentiu quase entorpecida sua fibra herdada dos ancestrais bandeirantes.

Abertas no cenário goiano, porém, novas perspectivas para o reencontro de seu perdido caminho, teve o povo anhangüerino o bom fado de encontrar e o bom senso de entregar seus destinos ao descortino e ao espírito empreendedor de um jovem médico vindo do sudoeste de sua terra e confiar em seu arrôjo, coragem, capacidade e valor pessoal — Pedro Ludovico Teixeira.

Ora, tendo em vista a situação e as condições de Goiás em 1930, o balanço dos fatores em jôgo mostrava-se positivo em favor de uma tomada de posição em demanda de outros rumos para o Estado, contando que se deixasse de lado, sem nenhuma reserva, todo o sistema político-econômico em que se baseavam as atividades estaduais de então, e se programasse outro com a necessária amplitude e maleabilidade que, polarizando as indecisas aspirações coletivas pela conquista de padrões de subsistência e progresso mais elevados, lhe adicionasse também as forças desprendidas pela recente renovação político-social do país.

As imensas e inesgotáveis possibilidades antes não consideradas, mas vislumbradas a partir de então, exigiam, por conseguinte, a ação dos correspondentes fatores de desenvolvimento. As correntes imigratórias introduziram o elemento “emulação” ao trabalho, valorizando-o, tornando-o mais produtivo. As entradas alertaram a procura de novas fontes de riquezas, intensificando sua circulação. Um inespe-

rado sentimento de confiança, fazendo brotar um desconhecido vigor então latente, fêz a população dividir em si mesma ilimitada capacidade de iniciativa própria em outros campos de atividades antes desprezados. Tudo isso e mais estímulos despertados no seio da população animaram-na confiantemente a alcançar muito maiores objetivos e a caminhar passo a passo com as atuais imposições do progresso.

É preciso destacar ainda o ambiente dentro do qual se desenvolviam as atividades de outrora, cujos resquícios ainda caracterizam o colorido local de alguns municípios goianos. Amortecidos os ânimos para outras iniciativas com a somente exploração mais fácil das aluviões mineríferas de ouro e pedras preciosas, não havia mesmo maior vislumbre de possibilidades nos labôres muito mais produtivos, dependentes porém de grande soma de trabalho e visão mais ampla que a época lhe vedava ao redor. Perdido, assim, o impulso de pioneirismo que marcou a feição de Goiás por inúmeras décadas, de busca às riquezas auríferas e fundação das antigas cidades, rareadas aquelas, acomodaram-se os habitantes, insulados, em suas diferentes regiões, no quase ascetismo de uma vida pacata e singela, entregues aos estritos meios de sobrevivência, sem qualquer laivo de ambição.

Para bem avaliar-se a ambiência de puro provincianismo ainda persistente na região até bem depois do primeiro conflito mundial, com pequenas alterações recebidas a contragosto, mas impostas incoercivelmente pela evolução, basta reportar-se às descrições de célebres viajantes europeus que nos visitaram no século XIX. Dentre outros, cita-se o comerciante inglês John Marwe, que, depois de considerações sobre a extração de ouro e diamantes, refere-se que, estando a bela região tão afastada da costa, possui um comércio muito rudimentar, que se resume, além dos citados, ao gado criado nas fronteiras, algum algodão e, ocasionalmente, uns poucos artigos peculiares enviados ao Rio de Janeiro. As mulas voltam carregadas de sal, ferro, estampados de algodão, lãs, chapéus, armas de fogo, pólvora, e munição de chumbo e diversas ferramentas de artífices. E assim por diante. Quando, por exemplo, à parte os períodos de esplendor da busca do ouro e pedras preciosas, outras regiões do país já haviam construído os seus ciclos de civilização econômica, orientando-se pela exploração de riquezas de origem diversificada, Goiás, prenhe de possibilidades, deixava-se ficar descoroçoado, sem procurar conhecer mais fontes de recursos, embora não se duvidasse da existência de muitos produtos vegetais e animais que poderiam constituir estímulo para enriqueci-

mento. Todavia, a criação bovina, em virtude das vastas pastagens naturais cobertas do capim "jaraгуá", nativo em muitas zonas, apresentava certa generalização por motivos óbvios, entre os quais o de ocupar quase nenhum elemento humano na sua lida e de não depender de esforços continuados além de mera vigilância.

Com o aparecimento das primeiras e tímidas rodovias grosseiramente adaptadas das antigas estradas "carreiras" e caminhos melhor transitáveis, pouca inovação de progresso ganhou Goiás, desde que o pequeno trecho ferroviário de bitola estreita, mal arranhando suas fronteiras, pouco modificou o panorama goiano. Antes, os estreitos e tortuosos caminhos destinados ao trânsito de alimárias carregadas das preciosas arrôbas do nobre metal; mais tarde, apesar de já diminuta rentabilidade da extração mineral, os mesmos trilhos servindo para o transporte de mercadorias importadas, sem a necessidade de se alargarem, desde que a produção exportável quase não existia e os rebanhos de bovinos conduziam-se por seus próprios pés. Estado mediterrâneo, obstruídos ainda seus grandes rios navegáveis, a era do automóvel seria a salvação, mas o conservantismo criara profundíssimas raízes difíceis de erradicar e também não seria dessa vez, com o poderoso concurso dos veículos motorizados, que vingassem os modernos meios de transporte de riquezas.

Entretanto, a produção de riquezas sob moldes diversos teria de ser intentada em outras fontes, mas a estrutura econômica existente não possuía a largueza e a elasticidade suficientes para permitir o emprêgo e determinar o surgimento dos fatores reclamados para esse desiderato. Além disso, necessitar-se-ia de um centro excitador das energias em hibernação com suficiente fôrça e vulto que inspirasse imediata confiança e animasse correntes de progresso em todos os sentidos, com impulsos crescentes, e ao mesmo tempo servisse de cabal e definitivo exemplo para as demais iniciativas particulares que êle desencadearia, assegurando-lhes bases sólidas e duradouras.

Pesando tôdas aquelas graves conseqüências que arrastavam o Estado em sentido contrário ao progresso que lhe podiam dar suas imensas possibilidades, persistentes em se mostrarem e oferecerem benefícios inestimáveis de sua exploração, e refletindo sobre a inexistência em Goiás dos principais meios determinantes de seu desenvolvimento, que se deveria fazer partindo de alicerces apropriados, decidiu aquêle denodado médico goiano, já à frente do Governo Estadual, criar as bases desse desenvol-

vimento, que se processaria, conforme indicavam as circunstâncias, por intermédio de um centro administrativo diretor, atuante de trabalho, despregado e longe dos fatores geográficos restritivos que ainda influíam em maior parte no emperramento da máquina administrativa, aliados ao comodismo da época.

Urgira, por isso, a mudança da sede da administração pública de sua tradicional localização onde bem houvera servido no passado à conjuntura da época, mas que depois entravara a evolução do Estado no sentido procurado pelo seu crescimento.

Dentro dessa concepção estava o fato demonstrado de que a nova sede deveria logicamente servir de fácil acesso de comunicações partidas de todos os quadrantes do território goiano e do resto do país. Entretanto, a idéia da mudança era arrojada por demais e vinha quebrar conceitos petrificados e tidos como indestrutíveis, eis que o pensamento dominante, apegado às fortes tradições, se impermeabilizara dentro do seu mundo estreito, como sempre em todas as partes e épocas, repelindo os sopros renovadores de progresso, por exigirem esforço de assimilação.

Todavia, as forças que o construtor de Goiânia recolhera e aglutinara, dando-lhe consistência e forma, evitando-lhe a dispersão inicial e imprimindo-lhe sentido criador, decidiram afinal pela adoção em princípio da idéia e o início do magno empreendimento. As transcendentais conseqüências do notável feito político-administrativo-econômico eram somente percebidas pelos que se tomaram também da audácia de ter confiança na final concretização da obra e no que ela de fato representava para o futuro do Estado.

A idéia motora dessa mudança já acumulara, no entanto, imensuráveis energias que a propulsionavam, a despeito dos inúmeros obstáculos opostos pela curta visão dos descrentes e pelos eternos interesses contrariados.

Depois de encetada a construção de Goiânia, os fatores que nela intervieram começaram a multiplicar-se, a capitalizar-se, abrindo horizontes e despertando nos pacatos e acanhados ambientes de todas as regiões goianas a atenção pelos modernos processos de construção, pelas coisas do progresso e pelo conforto de que antes não dispuseram por falta de um exemplo concreto a aguçar a curiosidade popular. Esse exemplo rescendeu maior soma de interesse pelo empreendimento, contaminou de entusiasmo diversos setores das opiniões estadual e nacional, convencendo e aturdindo os indiferentes. Vencida a eta-

pa mais decisiva até seu batismo cultural em 1942, Goiânia continuou provando o acerto de sua ereção, esmagou de vez os argumentos dos antimudancistas que, ou se recolheram ao mutismo dos vencidos inconfessáveis ou aceitaram por fim a vitória do empreendimento e de tudo que dêle se esperava, aplaudindo os seus resultados e mesmo dêles se beneficiando juntamente com a coletividade em geral.

Faz-se mister deixar bem evidente que Goiânia não nasceu e não se concretizou em decorrência de uma evolução natural de épocas anteriores a 1930. Embora sempre existissem ligeiros pronunciamentos um tanto dispersos desde o Império sobre o assunto, dizendo da necessidade da mudança, mas considerando remota ou irrealizável a possibilidade da saída do marasmo reinante com a transferência da Capital para outra região não definida, foram êles, entretanto, no terreno vago das fantasias ociosas, sempre destituídos da coragem da tomada de posições claras e decididas que amedrontavam mesmo os mais afoitos.

Foi preciso, pois, o aparecimento de um condutor seguro e enérgico que dirigisse os acontecimentos para atacar de rijo, com o desassombro dos audazes, a gigantesca mole da indiferença e das vontades passivas e a anulasse até sua completa destruição para que a proclamada utopia se fizesse compreendida e tornasse realidade patente.

A caudal de realizações acumuladas na gigantesca obra, por ação direta ou catalítica no progresso geral do Estado, quer pelo exemplo demonstrado da viabilidade de empreendimentos análogos repetidos em outras regiões da Unidade, quer pela sua repercussão no cenário nacional e mundial, quer enfim, pelos surpreendentes resultados conseguidos, ultrapassando as previsões otimistas julgadas mais impossíveis, espantando a todos e aos seus próprios idealizadores, continua a correr volumosa, auto-impulsinando-se com os fatores de progresso que gera em todo o território goiano.

Essa emanção de forças, como se viu, longe de estagnar-se depois de concluída Goiânia, realimentava-se continuamente, e hoje, fortalecida do progresso que Goiânia mesma desencadeou, está plantando nova civilização no interior brasileiro e devolvendo à nação, enriquecida de realizações e desenvolvimento crescente, uma das zonas em que mais se negava e desconhecia o valor de suas possibilidades.

No presente, Goiânia caracteriza o Estado de Goiás e transcende de suas fronteiras, alinhando-se entre as grandes realizações do país nos campos econômico e administrativo por excelência, transbordou-se além das previsões mais otimistas e, com mais

de 100 000 habitantes agora, avantajou-se em todos os sentidos sobre as demais cidades do Estado, também como o maior centro educacional, econômico e cultural do Brasil Central.

Goiânia está concorrendo para revelar o Brasil em suas verdadeiras dimensões, por dilatar as fronteiras do progresso para o oeste, elevar o padrão de vida do sertanejo e criar maior mercado interno para a indústria litorânea. O sertanejo do centro-oeste, mesmo na sua aparente pobreza e resignação, e por não guardar atavismo negativo e nem lhe empolgar o fatalismo por sua modesta condição, guarda reservas de vigor pouco conhecidas que lhe marcarão, com o progresso determinado pelo advento de Goiânia, os lados positivos de sua fibra e de sua conduta, principalmente na grande receptividade de todos os elementos do progresso, adaptando-se prontamente e sem restrições a seus padrões e a seus pesados encargos. Foi inestimável a colaboração de Goiânia e das obras dela decorrentes em todo o Estado, porque outras regiões procuraram imitar ou adotar os padrões de progresso revelados pela construção da Nova Capital goiana.

Para mostrar uma das faces da surpreendente transformação produzida no Estado de Goiás pela criação de Goiânia, basta a citação, em números aproximados, dos montantes da receita estadual anteriores e posteriores à mudança e fazer-se o confronto. Em 1930, a arrecadação de todos os impostos e taxas estaduais girava em torno de Cr\$ 5 000 000,00. Em 1935, quando Goiânia estava passando dos projetos e plantas para o início das obras, o Estado começou a arrecadar mais de Cr\$ 10 000 000,00 com os primeiros impulsos de progresso dados pelo empreendimento e a despeito da forte campanha antimudancista. Mas já em 1940, dobrou sua receita para Cr\$ 20 000 000,00. Em 1950, a arrecadação já pertencia à ordem de Cr\$ 100 000 000,00. Entretanto, em 1955, começando Goiânia a proporcionar a plenitude de seus efeitos, a receita quadruplicou-se para Cr\$ 400 000 000,00 em relação a 1950. Em 1958, segundo rigorosa estimativa, espera-se arrecadar bem mais de Cr\$ 800 000 000,00. Nessa ordem crescente o erário estadual recolherá seguramente UM BILHÃO de cruzeiros antes de terminar a presente década. O crescimento vertiginoso desses algarismos fez-se ainda sob a grande falta de energia elétrica com que luta o Estado. Mas prevê-se que, com o funcionamento da grande usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, a inaugurar-se em fins de 1958, a receita pública estadual ascenderá a níveis inesperados, devido à abundante energia disponível que proporcionará à industrialização do Estado.

Em suma, a transferência da Capital estadual da velha cidade de Goiás, plantada em local de acesso sobremaneira difícil e fora do eixo econômico em torno do qual o Estado deveria desenvolver-se colocando-a em posição geográfica extremamente favorável em relação a todo o território goiano, possibilitou o Poder Público Estadual a ter melhor visão do conjunto dos problemas estaduais, pela mais fácil e rápida irradiação de suas providências, tal como os fatos demonstraram sobejamente.

Se a rapidez e a intensidade dos meios de transportes colocam qualquer parte do país em constante comunicação com os centros adiantados, não lhe determinam entretanto o desenvolvimento que se processa verdadeiramente na base da conjugação de muitos fatores atuando em determinado local de modo permanente. Goiás daria de uma forma ou de outra acesso a essas comunicações, porém, não absorveria plenamente seus efeitos se não lhes abrisse as condições necessárias para recebê-las, que foram sem dúvida as proporcionadas pela construção da mais moderna Capital brasileira, encerrando todos os elementos de progresso e disseminando-o por todo o Estado.

A mudança da capital do país para seu centro geográfico, embora reclamada por estadistas de larga visão, para dar sentido concreto ao seu vasto território quase despovoado, segundo uma das razões da idéia, assustava a muitos por vários motivos, entre os quais as asperezas do sertão quase inacessível. Entretanto, quando o avião já não olha mais as grandes distâncias, afastando as razões de ordem estratégica, por outro lado tornou mais fácil a mudança para o interior, que estará por isso sempre próximo e equidistante de qualquer ponto do país.

Os que falam da possível atrofiação de um centro administrativo federal no interior não aduzem argumentos respeitáveis e esquecem-se dos exemplos concretos de Belo Horizonte e Goiânia, ambos plenamente vitoriosos e cheios de lições valiosas. Goiânia é cidade cujas primeiras construções se fizeram há cerca de 20 anos. Dentro desse período a renda estadual multiplicou-se por mais de 160 vezes. Tornou muitas vezes mais próspera uma população quase improdutiva, valorizando-lhe o trabalho e propriedades, criando mais um grande mercado consumidor da produção industrial litorânea. E esse mercado expandir-se-á ao infinito com a interiorização da capital do país. Somente a formação do mercado interno justificará a mudança. Os E. U. A. devem ao intercâmbio interno a prosperidade de que desfrutam, pois exportam menos de 10% de sua produção.

A capacidade de desenvolvimento do Brasil, como país jovem em estágio de grande expansão, ultrapassa de muito os índices habituais atingidos em outras partes. Mas esse desenvolvimento não ganhou ainda seu impulso e sentido natural na dimensão necessária, restringindo-se e apertando-se prejudicialmente na pequena faixa costeira, onde determinados fatores em jogo se desgastam pela imobilidade e pela sua repetida incidência numa área extremamente congestionada, anulando-se ou transmutando-se em negativos.

A civilização litorânea somente na aparência tende a desenvolver-se sob os laços dos interesses globais do Brasil. Na verdade porém o enfraquece na mesma medida em que não lhe devolve os elementos formadores da riqueza nacional tirados também abstratamente do Brasil na sua expressão geográfica global, mas concentrados em uma pequena parcela de seu território e aí absorvidos.

Por conseguinte, dois terços do território brasileiro deixam de integrar-se no campo econômico da vida nacional, a não ser como um virtual e fraco mercado consumidor, à falta somente de poucos fatores migráveis e em disponibilidade nos grandes centros.

A forte concentração industrial das regiões marítimas do sul adquirirá consistência e melhor sentido construtivo do progresso do país pelo fortalecimento do mercado consumidor interiorano elevando seu poder aquisitivo.

Até hoje, apesar de compacto, maciço, com uma superfície contínua e sólida do seu território, o Brasil apresenta-se como verdadeiro arquipélago e sua economia, conseqüentemente, fragmentando-se em zonas estanques e apresentando aspectos sempre vulneráveis, dificilmente ganhará curso estável por falta de escalonamento em profundidade nas condições apontadas pela vastidão do país, interligando do seu centro geográfico, somente possível por esse modo, as suas diversas regiões de economias peculiares.

O problema do fortalecimento orgânico e uniforme do país, integrando suas várias partes num mesmo sentido econômico reprodutivo, é de solução menos complexa do que à primeira vista aparenta. Não será indispensável desviar os fatores de progresso acumulados na orla costeira, mas induzir sua formação no interior. Há exemplos concretos, fríantes, em Belo Horizonte e, o mais recente, de Goiânia. Esta última não exigiu mobilização de grandes recursos em sua construção. Os fatores de sua expansão e a do Estado, que visou e provocou realmen-

te, geraram-se por indução do próprio empreendimento, com o primeiro impulso que determinou.

Não se ofereceu, pois, o perigo de estiolamento de uma metrópole administrativa plantada no interior, construída em região sabidamente subdesenvolvida mesmo pelos padrões brasileiros. Goiânia conseguiu, somente pelo fato de sua edificação como centro administrativo em local adequado de excepcional facilidade de acesso de todo o Estado, transformar a feição colonial antes observada em Goiás.

A questão do desenvolvimento de todo o vasto subcontinente brasileiro não se configura no problema financeiro, mas político-administrativo em primeiro lugar, porque o centro administrativo do país não deve necessariamente coincidir com o financeiro, econômico ou cultural. Tanto a questão financeira não prevalece, que algumas das repúblicas nossas co-irmãs, para citar casos mais próximos de nós, não obstante disporem, em proporção, maior contingente de renda nacional e de moedas fortes disponíveis, devido à peculiaridade de seus produtos, entre os quais sobreleva-se o petróleo em grande produção exportável, não apresentam melhor quadro que o nosso em relação ao pauperismo da maior parte do interior brasileiro.

Pela grandeza territorial do Brasil, o poder econômico do país assenta-se muito na periferia para que as outras remotas regiões possam beneficiar-se satisfatoriamente. Existe uma demasiada distância amortecedora e de desgaste a incidir contra as correntes do comércio interior e a ação administrativa governamental partida igualmente da periferia.

No caso brasileiro, o cérebro administrativo federal ajustar-se-ia de maneira mais conducente com os mais genuínos interesses nacionais no centro do país para estabelecer o equilíbrio entre as regiões em que se divide. Tanto mais lógico como simples essa necessidade, porque circundam as fronteiras ocidentais do Brasil zonas subdesenvolvidas de países vizinhos; daquele lado não possuímos costa marítima que pudesse estabelecer o equilíbrio em relação ao progresso da orla atlântica.

Ademais, os problemas em que se debate o país, os de maior vulto e que implicam verdadeiramente no verdadeiro conceito do interesse nacional, são aqueles cuja solução depende não da restrição ou transferência dos fatores do desenvolvimento costeiro para o interior, mas da transferência do poder federal para o centro do país, visando a ação administrativa mais direta e proveitosa para a maior parte do seu território, formando ali um ponto de redistribuição racional e mais equitativo das forças vi-

vas da nação concentradas somente na faixa atlântica, para dar-lhes também maior capacidade de penetração pelas vastas zonas a se integrarem no processo de desenvolvimento do país.

Goiânia foi um empreendimento precursor de importância transcendental para o assentamento definitivo da idéia da interiorização da Capital Federal, porque demonstrou, sob todos os aspectos, a viabilidade da construção econômica de uma grande metrópole administrativa em pleno centro despojado do país, com tôdas as benéficas conseqüências previstas e imagináveis.

É interessante verificar que o Brasil, em qualquer parte de seu território, apresenta condições excepcionais de receptividade pela introdução de qualquer elemento excitador de progresso, encarregando-se as populações locais de prosseguirem elas mesmas a impulsos recebidos.

Assim, as principais riquezas de Goiás atual constituem ainda, em sua maior parte, a pecuária e os cereais, cuja industrialização se processa progressivamente. Entretanto, em longos períodos anteriores à construção de Goiânia, a vida estadual girava também em torno dessas duas fontes de pro-

dução, mas não desempenhavam de maneira alguma qualquer função no maior desenvolvimento do Estado. Hoje, porém, não se discutem mais os benefícios e os surpreendentes resultados que a simples transferência da capital estadual facultou a Goiás, em proporções muitas vezes multiplicadas em relação à possível taxa de crescimento de então.

Os municípios goianos retratados nesta obra revelam o surto progressista que os atingiu e que os está incentivando — conseqüência da mesma ordem de coisas estabelecida pela melhor localização da Capital, que os colocou em posição de contato mais acessível ao amparo do Poder Público do Estado.

Correntes migratórias internas foram atraídas para regiões antes quase inteiramente desabitadas e que hoje constituem reservas econômicas apreciáveis e de promissoras perspectivas futuras.

A iniciativa privada encontrou estímulo para iniciar uma nova ordem econômica, dando às células municipais uma vitalidade até então desconhecida.

Brasília, a futura capital do Brasil, cumprirá pois seus objetivos em relação ao progresso do país mesmo que não houvesse os exemplos de que são precursoras Belo Horizonte e Goiânia.

JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA  
Governador de Goiás

# MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS



# Índice dos Municípios

<i>Município</i>	<i>Página</i>	<i>Município</i>	<i>Página</i>
Abadiânia .....	19	Leopoldo de Bulhões .....	263
Aloândia .....	20	Lizarda .....	266
Amaro Leite .....	23	Luziânia .....	268
Anápolis .....	26	Mairipotaba .....	271
Anhangüera .....	36	Marzagão .....	274
Anicuns .....	39	Mateira .....	276
Aragarças .....	43	Mineiros .....	278
Araguaçema .....	46	Miracema do Norte .....	282
Araguatins .....	50	Monte Alegre de Goiás .....	285
Arraias .....	53	Morrinhos .....	287
Aurilândia .....	57	Mossâmedes .....	292
Babaçulândia .....	60	Natividade .....	294
Baliza .....	62	Nazário .....	297
Bela Vista de Goiás .....	65	Nerópolis .....	300
Bom Jardim de Goiás .....	69	Niquelândia .....	304
Brasília .....	72	Nova Aurora .....	308
Buriti Alegre .....	86	Orizona .....	310
Cachoeira Alta .....	89	Ouvidor .....	313
Cachoeira de Goiás .....	91	Palmeiras de Goiás .....	316
Caiapônia .....	93	Palmelo .....	319
Caldas Novas .....	100	Panamá .....	321
Campo Alegre de Goiás .....	105	Paraná .....	325
Campos Belos .....	107	Paranaíba de Goiás .....	327
Carmo do Rio Verde .....	108	Paraúna .....	329
Caçu .....	111	Pedro Afonso .....	331
Catalão .....	113	Peixe .....	335
Cavalcante .....	119	Petrolina de Goiás .....	337
Ceres .....	121	Piacá .....	339
Córrego do Ouro .....	126	Pilar de Goiás .....	341
Corumbá de Goiás .....	128	Piracanjuba .....	344
Corumbáiba .....	132	Piranhas .....	349
Cristalândia .....	135	Pirenópolis .....	351
Cristalina .....	139	Pires do Rio .....	357
Cristianópolis .....	142	Pium .....	361
Crixás .....	145	Planaltina .....	363
Cromínia .....	148	Pontalina .....	366
Cumari .....	150	Porangatu .....	370
Dianópolis .....	155	Pôrto Nacional .....	373
Edéia .....	157	Posse .....	378
Fazenda Nova .....	160	Quirinópolis .....	380
Filadélfia .....	162	Rialma .....	384
Firminópolis .....	165	Rio Verde .....	386
Formosa .....	167	Rubiataba .....	390
Goandira .....	173	Santa Cruz de Goiás .....	393
Goianésia .....	176	Santa Helena de Goiás .....	395
Goiania .....	178	Santa Rita do Araguaia .....	399
Goiás .....	196	São Domingos .....	401
Goiatuba .....	201	São Francisco de Goiás .....	405
Guapó .....	206	São João da Aliança .....	407
Hidrolândia .....	209	São Luís dos Montes Belos .....	409
Inhumas .....	212	Silvânia .....	411
Ipameri .....	218	Sítio da Abadia .....	414
Iporá .....	223	Taguatinga .....	416
Itaberaí .....	227	Tocantina .....	420
Itacajá .....	231	Tocantinópolis .....	422
Itaguatins .....	233	Trindade .....	425
Itapaci .....	235	Tupirama .....	429
Itapuranga .....	239	Uruaçu .....	431
Itarumã .....	241	Uruana .....	434
Itauçu .....	244	Urutaí .....	438
Itumbiara .....	246	Veadeiros .....	441
Ivolândia .....	250	Vianópolis .....	444
Jandaia .....	253		
Jaraguá .....	255		
Jataí .....	259		

## CALDAS NOVAS — GO

Mapa Municipal na pág. 453 do 2.º Vol.

**HISTÓRICO** — Quando de sua entrada pelos sertões dos guaiases em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, descobriu na fralda da serra um ribeirão que mais tarde recebeu o nome de Caldas. Sendo quente suas águas, chamou-lhe a atenção, passando então a acompanhar seu curso até a nascente, que era em uma serra.

Encontrando ali vestígios de ouro, contornou a serra, vindo assim a descobrir mais fontes termais para o lado do ocidente. Após encontrar o ouro, Bueno prosseguiu viagem, deixando praticamente esquecidas as águas termais, que mais tarde não deixaram de ser procuradas por doentes.

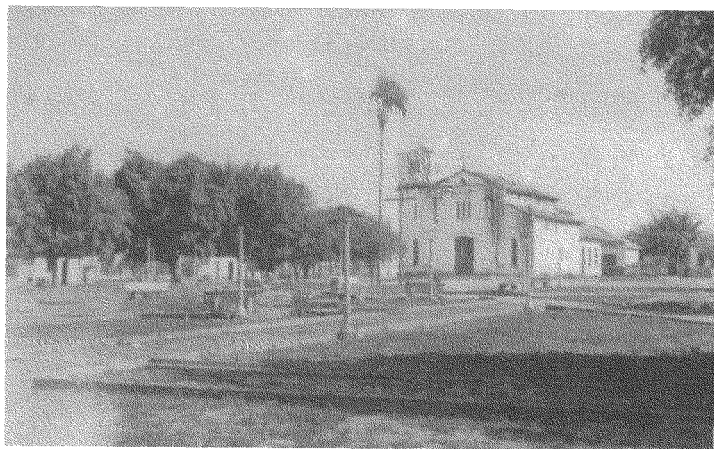
Sobre a história de Caldas Novas há documentos na Espanha, que foram divulgados pelo Dr. Pires de Almeida, em seus livros Lambari e Cambuquira, datados de 1545, fazendo a apologia das águas de Caldas Novas, em Goiás, como águas medicinais.

Foram essas águas que deram origem à aglomeração de lavradores, que promoveram meios de fundar uma localidade com assistência religiosa e administrativa. Esse movimento foi dirigido por Martinho Coelho de Siqueira, que requereu sesmaria e passou, por sucessão, a seu filho Antônio Coelho de Siqueira, tendo antes deixado Santa Luzia, estabelecendo-se na região, nas proximidades das Caldas de Santa Cruz.

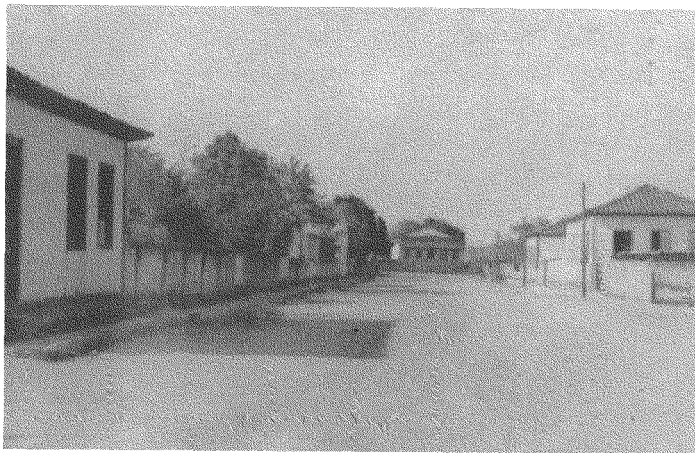
Grande amador da arte venatória, Martinho Coelho se embrenhava pelas matas e campos à procura de caça.

Em certo dia do ano de 1777, embrenhou-se em um bosque, quando sua atenção é chamada pelos ganidos da matilha, que, no ardor da corrida haviam-se lançado em umas águas que se encontravam no caminho. Verifica, assim, serem as mesmas excessivamente quentes.

Foram, então, descobertas as fontes termais que ficaram conhecidas como Caldas de Pirapitinga. Ainda naquele mesmo ano, Martinho Coelho descobre, a 16 de fevereiro, as fontes termais que margeiam o córrego de Lavras, que receberam o nome de Caldas Novas (atualmente ali, se localiza o Balneário Municipal). Ao mesmo tempo, descobriu também ouro em grande quantidade, sendo a razão de haver requerido sesmaria naquela região. Construindo uma propriedade à margem esquerda do córrego de Lavras, ali se estabeleceu, denominando o local de Fazenda das Caldas, passando a dedicar-se à extração de ouro que existia em grande quantidade.



Praça Getúlio Vargas, vendo-se a Igreja Matriz



Rua Cel. João Batista, vendo-se ao fundo o Forum

Propagada a existência do ouro das Lavras, levas de garimpeiros dirigiram-se ao local no afã de fazer fortuna. O serviço de garimpagem dia a dia tornava-se mais intenso, formando-se grandes lavras ao longo do córrego, pouco acima das fontes. Por esse motivo, recebeu o nome de córrego das Lavras. Não apenas os garimpeiros atraíam os forasteiros como também as fontes termais arrastavam ao local certo número de enfermos.

Com o movimento, foram sendo construídas as primeiras habitações que se enfileiravam ao longo do córrego, nas imediações da fazenda Caldas, formando-se assim a primeira povoação, que fica hoje ao lado oposto da atual cidade de Caldas Novas, na margem esquerda do ribeirão.

Foram então construídas compridas casas, onde eram alojados os enfermos. Falecendo Martinho Coelho, seu filho Antônio Coelho de Siqueira tomou a direção da fazenda, continuando a extrair ouro e a explorar as fontes termais. Concluindo os serviços iniciados por seu pai, construiu poços com lajes inteiriças para facilitar o banho.

Em 1818 o então governador de Goiás, Capitão Geral Fernando Delgado de Castilho, fez uso daquelas águas, curando-se completamente de paralisia e reumatismo, motivando com isso grande difusão das propriedades curativas das águas de Caldas. Naquele ano foi ainda visitada pelo escritor francês Augusto de Saint-Hilaire.

Em 1838, tendo o diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tomado conhecimento da existência dessas águas, chamou a atenção do governo. Assim, o governo do Brasil, interessado no assunto, em fins de julho daquele ano pediu informações ao Presidente da Província, José de Assis Mascarenhas, que lhe respondeu a 16 de outubro confirmando a existência, das fontes. Em obediência ao Imperador, D. José Mascarenhas encarregou o Dr. Vicente Moretti Foggia de examinar as águas e verificar suas virtudes terapêuticas.

Falecendo o tenente Antônio Coelho de Siqueira, sua viúva, D. Eufrásia Maria de Arruda, vendeu a Domingos José Ribeiro a fazenda Caldas, compreendendo tôdas as fontes de águas quentes, isto no ano de 1848.

Naquela época, distante uns 15 quilômetros de Caldas, havia uma povoação em terras de propriedade do Cel. Luiz Gonzaga de Menezes, mineiro que aí se estabeleceu em 1830. Chamava-se Quilombo, sendo conhecido hoje por Pasto da Capela, pertencendo o terreno atualmente ao Sr. João Leite da Silva. Devido à proximidade em que se achava da fazenda do Cel. Luiz Gonzaga de Menezes, co-

meçou este a se sentir molestado pela povoação. Sendo pessoa de influência na época e senhor de grande número de escravos, que lhe roubavam víveres para vender no povoado Quilombo, pensou em desfazer-se do povoado. Combinou com Domingos José Ribeiro a transferência do referido povoado para terras que seriam por êle doadas para construção do patrimônio da igreja a ser erguida no local. Assim, Domingos José Ribeiro, doou os terrenos em que se achavam as fontes termas de Caldas Novas, situadas à margem direita do córrego das Lavras (naquele tempo, córrego das Caldas), sendo a escritura de doação lavrada a 27 de janeiro de 1850.

Construída a Igreja de Nossa Senhora do Destêrro, padroeira do lugar, logo à sua volta se estabeleceram vários moradores, dentre os quais, os de Quilombo e do antigo arraial das Caldas.

Em 1851, foi criado o distrito pelo Conselho de Santa Cruz, a que então pertencia Caldas Novas.

A Igreja de Nossa Senhora do Destêrro foi elevada a freguesia em 1853, sendo nomeado seu primeiro vigário o cônego José Olinto da Silva.

Em 1888, por superstição do cônego José Olinto, foi substituída a padroeira de N. S.<sup>a</sup> do Destêrro para Nossa Senhora das Dores de Caldas Novas. Pertencendo ao julgado de Santa Cruz, em 1869 passou para o de Pouso Alto, voltando ao primeiro em 1870.

Atendendo às necessidade do povoado, em 1870 foi criada a primeira escola, tendo como professor Limírio Ribeiro Quinta.

Processando-se em 1880 a nova divisão territorial da Província, o Capitão Cândido Gonzaga de Menezes, filho de Luiz Gonzaga, usando de sua influência, conseguiu que Caldas Novas fôsse desagregada de Santa Cruz e anexada ao então município de Vila Bela de Morrinhos, que se achava mais próximo. Ainda pertencendo à Vila Bela de Morrinhos, foi elevada a distrito em 1893. Nesse mesmo ano foi criada uma agência do Correio, sendo encarregada Maria Carlota S. Miguel.

A Lei Estadual n.º 393, de 5 de julho de 1911, sancionada pelo presidente Urbano Gouveia, criou o município de Caldas Novas, elevando sua sede à categoria de Vila, desmembrando-se do município de Morrinhos. Sua instalação deu-se em 21 de outubro do mesmo ano.

Foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 724, de 21 de junho de 1923.



Rua Samuel de Souza



Vista do Balneário de Águas Termas

Em 1933, pela divisão administrativa o Município aparece com dois distritos: de Caldas Novas e Boa Vista do Marzagão. Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, o município de Caldas Novas é Têrmo judiciário de Morrinhos e figura com os seguintes distritos: Boa Vista do Marzagão e São Sebastião do Sapé, além do da sede.

Pela Lei n.º 123, de 15 de junho de 1937, foi elevado à categoria de Comarca de primeira entrância.

No atual quadro territorial administrativo compreende-se apenas o distrito-sede.

Com a criação do Município, tornou-se necessária a designação de autoridades para regê-lo até a realização de eleições.

Foi, pelo Decreto n.º 3 025, nomeada uma Intendência Provisória, composta de Bento Godói, presidente; Aristides Cícero de Oliveira, João Pires da Costa, Modesto Pires do Oriente, Joaquim Gonzaga de Menezes, Josino Ferreira Bretas e Pedro Branco de Souza, como membros. Terminado o mandato do Cel. Bento de Godói, realizaram-se em 1915 as eleições para escolher o seu substituto, sendo eleito o Cel. Orcalino Santos, que assumiu o govêrno em novembro de 1915. Em 1919, realizaram-se eleições para escolha do 3.º Intendente Municipal, sendo eleito o major José Teófilo de Godói. De 1923 a 1927 foi o Cap. Antônio Inocência de Oliveira o 4.º Intendente Municipal. De 1927 a 1929 foi Odilon de Souza o 5.º Intendente Municipal, renunciando em 1929, substituiu-o o 1.º vice-Intendente, Capitão Augusto Guimarães.

Com a revolução Nacional de 1930, foi automaticamente destituído, sendo substituído em caráter provisório pelo Sr. Luiz José Pereira. Posteriormente ocuparam o cargo de prefeito: 1.º, Dr. Ciro Palmerston Guimarães; 2.º, major José Francisco Pereira; 3.º, Augusto A. Guimarães; 4.º, Armando Storn, de 1935 a 1939; 5.º, Luiz José Pereira que foi o último prefeito do Estado Novo, sendo logo depois nomeado Oscar Santos e posteriormente Celso Godói. Em 1949 realizaram-se eleições sendo eleito João de Souza, e, na última eleição realizada em 1953, foi eleito Augusto Gonzaga de Menezes.

#### *Histórico das Águas Termas*

As Águas de Caldas foram descobertas casualmente por um caçador, Martinho Coelho de Siqueira, em 1777. Foram estudadas várias vezes durante o período do Império e mais tarde por Orwile Derby, Orozimbo Neto e outros especialistas. A temperatura varia de 35 a 45° e



Avenida Cel. Bento de Godói

são de 21 fontes de várias naturezas. Pelos estudos feitos pelo químico Faivre, sem aparelhamento adequado, verificou-se a presença de azoto, de ácido carbônico, ácido clorídrico, ácido cílico, potássio, sódio, cálcio, magnésia e alinatina. Também verificou-se sua radioatividade em exames feitos pelo Dr. H. T. Lee em aparelhos rudimentares. A fonte das Caldas Velhas, que é também muito termal fica nas vertentes da serra de Caldas, do lado oeste, e vertente sul, tributárias do Piracanjuba, formando o Água Quente. Está a 625 metros em terrenos da série de minas. O solo é constituído por um arenito argiloso itacolumítrico de várias cores. Na região há xistos micáceos e xistos hidromicáceos, que afloram próximos da fonte. Foi descoberta em 1722, pela gente do Anhangüera. Escreveram sobre essa fonte, em 1842, Maurice Faivre; em 1836, Moretti Foggia; e em 1928, J. Pereira Coelho. A temperatura vai de 35° a 45°; não tem sabor e nem odor.

Na margem direita do Pirapetinga há uma terceira fonte bem próxima do Água Quente, a 5 quilômetros da cidade, com 585 metros de altura, em terrenos cristalinos.

Em 1787, Taunay mandou pintar um quadro a óleo representando essa fonte, onde os cães se queimaram, numa caçada setecentista. Em redor há nove outras fontes.

Em 1903, Ramsay e Sir Frederik Godoy demonstraram que o gás hélio é captado nas fontes hidrotermais, conseqüente da desintegração de uma rocha de rádio, que produz calor.

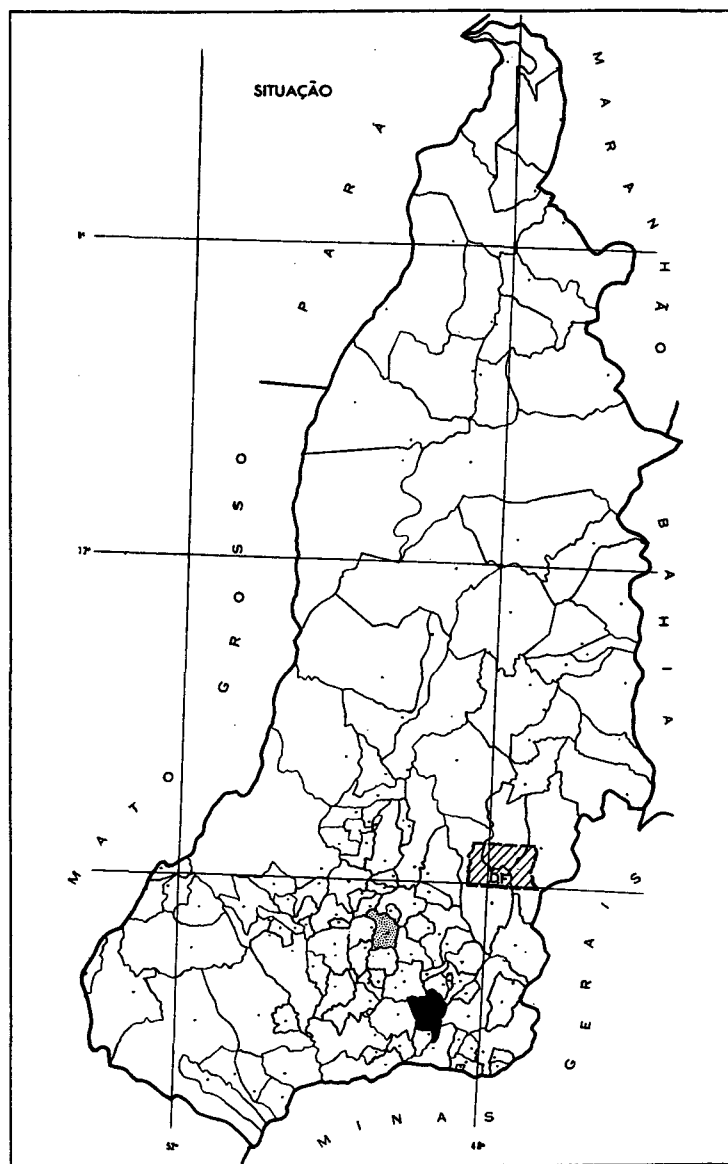
Husak, quando esteve nesse lugar, como membro da Comissão Cruls, informou que a região é de arenitos, seixos de quartzos, e corresponde à geologia de Bath, na Inglaterra, onde há uma água semelhante. Orozimbo C. Neto também estudou as fontes e afirmou sua radioatividade, e ainda discutiu que, devido à sua fraca mineralização, só deveríamos atribuir suas virtudes ao rádio. Também estudou o químico F. G. S. Lond que atestou a elevada graduação radioativa. Ultimamente, o Sr. João Fulgêncio, da E. de Ouro Preto, examinou outras fontes que ficam próximas da serra e encontrou muito sulfato de magnésia, o que foi feito com aparelhos, no xisto magnésiano. Sobre

as rochas da margem esquerda, aflora um sal esbranquiçado, que pode ser recolhido com simples raspagem.

Estes dados históricos foram extraídos do livro de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, "Caldas Novas, Estância Hidrotermal do Estado de Goiás".

**LOCALIZAÇÃO** — Situa-se na Zona de Ipameri, zona sudeste, e suas coordenadas geográficas são: 17° 44' 32" de latitude Sul e 48° 37' 33" de longitude W. Gr.

Está situada no sopé da serra que lhe dá o nome. O território de Caldas Novas, confronta com o seguintes municípios: ao norte, Piracanjuba e Pires do Rio; ao sul com Buriti Alegre; a leste com o município do Ipameri, e a oeste e sudoeste fica Morrinhos.



Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

**ALTITUDE** — A sede municipal situa-se a 600 metros de altitude, sendo que quase todo o território de Caldas Novas se encontra numa média de 1 000 metros.

**CLIMA** — Não existindo posto meteorológico no Município, a temperatura local é calculada em: média das máximas — 30°C, média das mínimas — 15°C e média compensada — 24°C.

O clima é bom, muito sadio, e seco. Pode ser classificado como tropical úmido.



**ÁREA** — O território municipal compreende uma área de 2 000 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 0,32% da superfície total do Estado de Goiás.

**ACIDENTES GEOGRÁFICOS** — As serras denominam-se serra Caldas, serra do Marzagão, serra do Corumbá, tendo estas muitas ramificações e prolongamentos.

Ao lado oriental da serra de Caldas, existem as águas termais de Pirapitinga descobertas em 1777. A hidrografia de Caldas pode ser resumida: zona do Corumbá, zona do Piracanjuba e zona do Pirapitinga. Possui ainda inúmeros ribeirões e córregos.

**RIQUEZAS NATURAIS** — O aparecimento da cidade de Caldas Novas se deve à sua riqueza incalculável, à ação benéfica de suas águas termais, que nascem quentes e que atingem a temperatura de 35° a 45°. Não têm sabor e nem odor. Na margem direita do Pirapitinga, existe uma fonte, bem próxima ao Água Quente, a 5 km da cidade, com 585 metros de altitude em terrenos cristalinos, onde se vêem afloramentos de xistos micáceos e hidromicáceos. Estas são mais quentes.

Além das águas termais, possui grandes reservas de ouro, diamante, rutilo, cristais e muitos outros minérios.

**POPULAÇÃO** — Os resultados censitários de 1950, registram os seguintes dados: 6 291 habitantes, dos quais 3 223 do sexo masculino e 3 068 do sexo feminino. No quadro urbano, a população encontrava-se assim distribuída: 411 homens e 470 mulheres; no quadro suburbano, 19 homens e 21 mulheres; e no quadro rural, 2 793 homens e 2 577 mulheres.

A densidade demográfica era de 3 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 89% da população residiam na zona rural.

**AGLOMERAÇÕES URBANAS** — Os povoados de Água Quente, Paraíso e Sapé integram o município de Caldas Novas. A origem do nome dos povoados é a seguinte: Água Quente por estar localizado à beira do ribeirão de águas termais com a temperatura de 38°; o povoado Paraíso, por se achar na fazenda do mesmo nome; e povoado de Sapé, não se afirma ao certo, mas presume-se que seu nome derive de sua localização, às margens do ribeirão Sapé, e ainda dentro da Fazenda Sapé.



Balneário Municipal



Termas Hotel

**ATIVIDADES ECONÔMICAS** — 90% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo “agricultura, pecuária e silvicultura”.

O arroz e a cana-de-açúcar são os principais produtos da safra do Município. A produção geral em 1956, foi a seguinte: arroz, 60 700 sacos de 60 kg, no valor de 22 milhões e 459 mil cruzeiros; cana-de-açúcar, 2 925 000 kg, valendo 761 mil cruzeiros; outros produtos no valor de 869 mil cruzeiros.

O valor total da produção foi de 24 milhões e 89 mil cruzeiros.

O gado bovino é o que maior número representa na população pecuária do município, seguindo-se a população de suínos. Em 31 de dezembro de 1956, existia a seguinte população de animais no Município: bovino 56 500 no valor de 124 milhões e 300 mil cruzeiros; eqüinos 3 300 valendo 5 milhões e 940 mil cruzeiros; 610 asininos no valor de 732 mil cruzeiros; 3 310 muares valendo 6 milhões e 951 mil cruzeiros; 25 000 suínos valendo 12 milhões e 500 mil cruzeiros; 90 000 galináceos, valendo 2 milhões e 250 mil cruzeiros. O valor total da população pecuária foi de 152 milhões, 688 mil cruzeiros.

Entre os produtos de origem animal, encontrou-se a seguinte produção: 250 500 dúzias de ovos no valor de 2 milhões e 4 mil cruzeiros; 750 000 litros de leite valendo 2 milhões e 250 mil cruzeiros; 80 000 quilos de manteiga com valor de 3 milhões e 600 mil cruzeiros; 8 000 quilos de queijo valendo 160 mil cruzeiros. O valor total desses produtos foi de 8 milhões e 14 mil cruzeiros.

O Município exportou os seguintes produtos em 1956: 8 000 cabeças de bovinos, 15 000 cabeças de suínos, 20 000 aves e 25 000 quilos de creme de leite.

Segundo o Recenseamento de 1950, a indústria ocupava 3% da população economicamente ativa. Conforme o Registro Industrial, existiam, em 1955, 14 estabelecimentos industriais, sendo que apenas 1 ocupava mais de cinco pessoas.

Quanto à produção, encontrava-se assim distribuída: 1 de manteiga de leite com o valor de 4 milhões, 275 mil e 800 cruzeiros; 13 outros no valor de 2 milhões, 831 mil e 728 cruzeiros. O valor total da produção foi de 5 milhões, 681 mil e 928 cruzeiros. Os principais ramos, eram os de produtos alimentares (85%) do valor total e o de transformação de minerais não metálicos (8%).



Rua 24 de Outubro

A produção extrativa apresentou um movimento total de 707 mil e 730 cruzeiros.

**COMÉRCIO E BANCOS** — No Município existem 22 estabelecimentos comerciais varejistas, 3 atacadistas, e um estabelecimento industrial. Não existe estabelecimento bancário, só correspondentes.

**MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES** — O número de veículos registrados na Prefeitura Municipal em 1956 é 28, sendo 12 automóveis e 16 caminhões.

Caldas Novas é servida por uma linha de transporte de cargas e por 2 de passageiros. Comunica-se com os municípios vizinhos e as Capitais Estadual e Federal, pelos seguintes meios de transporte: Piracanjuba, rodovia (84 quilômetros); Santa Cruz de Goiás, rodovia (80 km); ou, via Piracanjuba (164 km); Ipameri, rodovia, (66 km); Pires do Rio, rodovia, via Ipameri (131 km); ou, rodovia, via Santa Cruz de Goiás, (104 km); Marzagão, rodovia (37 quilômetros); Corumbaíba, rodovia, via Marzagão (64 km); Morrinhos, rodovia (66 km). Capital Estadual, rodovia, via Piracanjuba (174 km); Capital Federal, 1) rodovia, via Corumbaíba e Uberlândia, MG, (1 326 km); 2) rodovia até Ipameri, já descrita; daí ferroviária (1 466 km), ou aéreo (840 km).

Em Caldas Novas há 1 agência radiotelegráfica do D.C.T.

**ASPECTOS URBANOS** — Apesar de não ser a cidade pavimentada, tem as ruas e avenidas bem encascalhadas e abauladas. Possui uma praça ajardinada. Conta a sede municipal com 2 hotéis e 3 pensões. A diária mais comum no hotel de nível médio é de 150 cruzeiros. A cidade de Caldas Novas é essencialmente uma cidade balneária, com possibilidades de grande desenvolvimento.

O seu aspecto é sempre movimentado, devido ao número de banhistas que ali vão à procura das águas que são tão benéficas. São os seguintes os profissionais da sede: 2 advogados, 2 dentistas, 2 farmacêuticos, 2 agrônomos.

**ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA** — Um médico no exercício da profissão, atendendo a todos os doentes que ali vão fazer uso das águas.

A assistência médica conta com um hospital, com 16 leitos e ainda 2 farmácias.

**ALFABETIZAÇÃO** — Na cidade foram encontrados 802 habitantes de 5 anos e mais, dos quais sabiam ler e escrever 280 homens e 272 mulheres. 71 homens e 96 mulheres eram analfabetos.

Entre os habitantes recenseados em 1950, 36% da população de 10 anos e mais sabiam ler e escrever.

**ENSINO** — Existe no Município 11 estabelecimentos de ensino primário fundamental comum, com 21 professores. Encontram-se matriculados 609 alunos, dos quais 316 são do sexo masculino, e 293 do sexo feminino.

Estêve em funcionamento até o ano de 1956 o curso Normal Regional. Este ano, porém, as matrículas permaneceram fechadas.

**OUTROS ASPECTOS CULTURAIS** — Caldas Novas não é um centro de atração cultural. Contam os habitantes com um único estabelecimento de diversão, o cinema local.

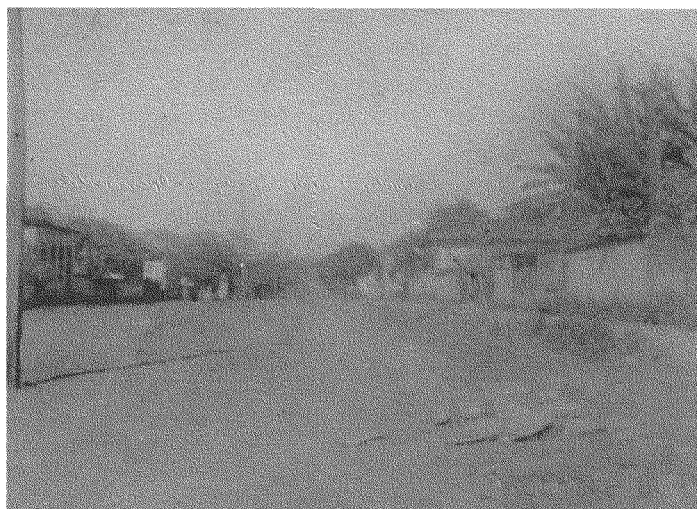
**FINANÇAS PÚBLICAS** — Para o período 1950-1956, são os seguintes os dados disponíveis sobre finanças:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr\$ 1 000)	DESPESA REALIZADA (Cr\$ 1 000)	SALDO OU DEFICIT DO BALANÇO (Cr\$ 1 000)
1950.....	623	623	—
1951.....	804	600	+ 204
1952.....	694	695	- 1
1953.....	1 021	1 020	+ 1
1954.....	1 282	1 280	+ 2
1955.....	1 120	1 120	—
1956.....	1 390	1 200	+ 190

A arrecadação da Receita Federal, Estadual e Municipal apresentou os seguintes dados para o período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr\$ 1 000)		
	Federal	Estadual	Municipal
1950.....	251	1 227	623
1951.....	438	1 605	804
1952.....	482	1 848	694
1953.....	450	1 274	1 021
1954.....	594	1 159	1 282
1955.....	246	1 792	1 120
1956.....	715	2 488	1 390

**PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS** — Os templos, apesar de bem bonitos, não apresentam particularidades notáveis. Não existe monumento. Constituem as fontes termas um particular todo extraordinário, que torna a pequena Caldas Novas grandemente conhecida.



Avenida Cel. Bento de Godói

O balneário de águas termais é bastante original, possuindo diversos compartimentos para banho dos doentes, e salas de espera, onde os mesmos descansam após o banho.

Particularidade interessante que se nota nas dependências do balneário são as torneiras dos banheiros permanecerem constantemente abertas, devido ao alto grau de temperatura da água.

**MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES** — Realizam-se dois festejos populares, por ano, na cidade.

O primeiro dedicado a São Sebastião, no mês de janeiro, e o outro a Santa Terezinha, no mês de setembro. São bastante concorridos e atraem os moradores da zona rural.

**ATRAÇÕES TURÍSTICAS** — Devido à existência das águas quentes, isto é, das águas termais, constitui a cidade de Caldas Novas ponto de atração turística não só dos goianos, como dos brasileiros em geral.

Existem vários pontos de recreio, como o ribeirão Água Quente, onde se realizam passeios maravilhosos.

**OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO** — Denominam-se os habitantes do Município de caldenses. Possui o Município uma grande elevação, que se denomina serra de Caldas, devido à nascente do ribeirão Água Quente.

Possui regular configuração. A gênese do município de Caldas Novas está nas águas termais, cujas virtudes têm sido proclamadas por médicos de renome.

## CAMPO ALEGRE DE GOIÁS — GO

Mapa Municipal na pág. 421 do 2.º Vol.

**HISTÓRICO** — Na aprazível ondulação que se descampa, a “estrada real” que vinha do sertão de Goiás se bifurcava, indo para Catalão e Ipameri (Vai-Vem). Assim, os tropeiros que vinham do arraial dos Couros (Formosa), Mestre D’Armas (Planaltina), Cavalcante, Posse, São Domingos e Paracatu dos Príncipes (Paracatu, MG), ou porque tivessem que dividir a comitiva ou porque necessitassem permanecer à espera das caravanas que deveriam surgir de tornaviagem, estabeleceram na região o ponto de pouso que, aos poucos, foi-se povoando.

Não há vestígios de haver sido a sedução do ouro ou de outro aceno de riqueza o fator que fixou à terra os primeiros povoadores. O certo é que do pouso dos tropeiros e carreiros originou-se o povoado de Calaça, que, em 1833, já constituía parte territorial e política de Catalão.

Quando a Resolução provincial n.º 445, de 12 de setembro de 1870, restaurou os direitos de município no antigo “Vai-Vem” (Ipameri) direitos esses que perdera por força da Resolução número 352, de 1.º de agosto de 1863, do governo de Couto Magalhães, passou a pertencer ao território de “Vai-Vem” o distrito de Calaça, desmembrado de Catalão.

O povoado de Calaça, que desde então passou à jurisdição administrativa e política de “Entre-Rios” (Ipameri), obteve sua elevação à categoria de distrito em 29 de agosto de 1901, quando recebeu o topônimo de Campo Alegre.

Posteriormente, com a criação da Comarca de Ipameri, em 1907, da qual tomou posse, em 27 de abril de 1908,

o seu primeiro Juiz de Direito, Dr. Rodolfo da Luz Vieira, Campo Alegre passou à jurisdição da nova Comarca.

Em 1944, mais ou menos, o Conselho Regional de Geografia e Estatística mudou o topônimo de Campo Alegre para Rudá, que na língua aborígene significa “Deus do Amor”, sem qualquer base na tradição ou na história.

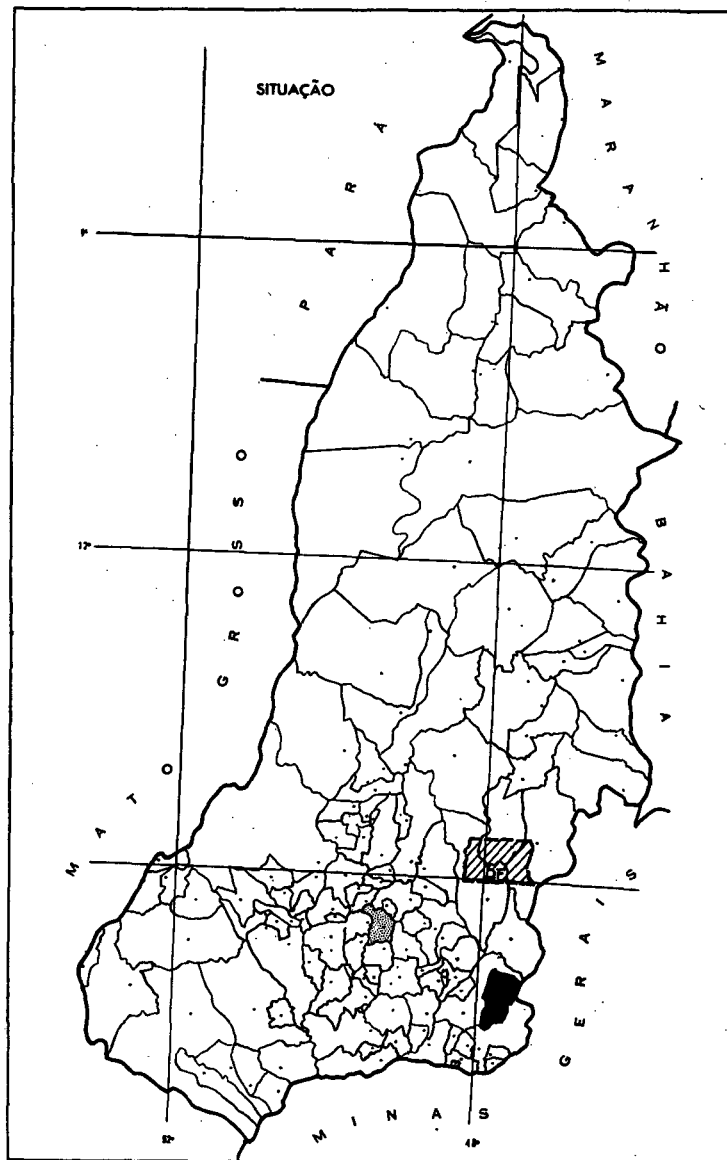
Pela Lei estadual n.º 893, de 12 de novembro de 1953, criou-se o município de Campo Alegre de Goiás, ex-Rudá, com território desmembrado do município de Ipameri.

O município de Campo Alegre de Goiás foi criado com desmembramento do distrito de Rudá, do município de Ipameri, e foi instalado, constitucionalmente, a 1.º de janeiro de 1954, conforme Diário Oficial do Estado de Goiás, número 6985.

A Câmara municipal é composta de 7 vereadores, sendo o prefeito atual o Sr. Eleutério da Fonseca Pinto.

**LOCALIZAÇÃO** — Situado no Sueste goiano e pertencente à zona de Ipameri, faz limites com os municípios: Ipameri ao norte e a oeste; Paracatu (MG) a leste e Catalão ao sul.

A sede municipal localiza-se a 17º 36’ de latitude Sul e 47º 46’ de longitude W.Gr. aproximadamente.



Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

**ALTITUDE** — Toda a extensão municipal está a uma altitude média de 800 metros.